

A trajetória do “pé no freio”

por Vera Saavedra Durão
do Rio

Não se pode combater a inflação sem provocar uma recessão, pois faz parte do remédio amargo para dominar a rebeldia dos preços. A receita é do professor Octavio Gouvêia de Bulhões, cujas bulas ortodoxas administraram a única recessão bem-sucedida no País para derrubar a inflação. Ministro da Fazenda do governo militar do Marechal Castello Branco, Bulhões, dando ênfase ao ajuste fiscal e uma rígida contenção dos salários, derrubou a taxa próxima dos 100% em 1963 para algo próximo de 12% em 1965. A conjuntura de estabilidade de preços durou até 1972.

Na opinião do atual presidente do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), “a recessão já existe” no governo Collor de Mello, não é necessário provocá-la para reduzir a inflação. Mas, para se obter os resultados mais sólidos no combate à alta dos preços, é preciso fazer uma coisa que a equipe econômica não vem fazendo: reduzir o déficit público. “O governo não está conseguindo isso por incompetência. Seus esforços são vãos dado o excesso de transferência de recursos da União para os estados e municípios, conforme dispositivo constitucional, impedindo o equilíbrio orçamentário. Só consegui baixar a inflação em 1964 porque equilibrei o orçamento do governo”, disse Bulhões.

Conforme relato do economista Eustáquio Reis, do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), o Brasil já conviveu com três recessões. A primeira ocorreu na década de 30. Quando Getúlio assumiu o poder, a conjuntura inter-

nacional decorrente do “crack” da Bolsa de Nova York reduziu a demanda mundial por produtos tropicais, como o café, fonte das divisas do País. “Houve um ciclo deprimido de origem externa. O governo não adotou medidas contracionistas, comprou café e manteve o nível de atividade doméstico”, destacou Reis.

A segunda experiência recessiva foi administrada por Bulhões, ministro da Fazenda em 1964. “O tripé da política econômica entre 1964 e 65 foi a reforma fiscal, contração monetária e arrocho salarial”, lembra o economista do Ipea. O produto real da economia cresceu apenas 0,5%, em 1964, em decorrência da grande retração na indústria. “O quadro era de explosão inflacionária, crise fiscal, estrangulamento externo e concentração de renda. Mas foi debelada com uma recessão induzida por uma política econômica contracionista”, destaca Reis.

No início da década de 80,

após o País desfrutar de um crescimento médio de 8% na década de 70, o ministro do Planejamento do quinto governo militar, Delfim Netto, após tentativa de retomada do crescimento em 1980, é obrigado a “pisar no freio” em 1981 em consequência da difícil conjuntura econômica mundial (alta dos juros americanos em 1979 e queda de nível de atividade dos países desenvolvidos dada a segunda crise do petróleo). O País estava endividado e com a inflação em alta. Novamente a receita ortodoxa é usada para “capotar” a economia, observa o economista do Ipea: arrocho fiscal, monetário e salarial.

Em 1981, o Produto Interno Bruto (PIB) despencou para menos 4,4%, a inflação medida à época pela FGV (IGP-DI) atinge 109,9% e a taxa de desemprego sobe para 5%. Em 1982, a inflação cai para 95,4%, o PIB sobe ligeiramente (0,7%) e o desemprego baixa para 4%. “Foi um ano eleitoral, quando se

relaxou um pouco o controle do crédito”, conta Reis. O último ano desta recessão, 1983, foi duro: a produção industrial caiu 10%, o PIB menos 3,4%, o desemprego chegou a 7%. À época o problema central de Delfim era o da dívida externa. A situação exigia uma valorização do câmbio para pagar os credores e, em fevereiro, o governo decretou uma máxi de 30%. Resultado: a inflação subiu para 154,5%. No mesmo ano, o superávit comercial salta de US\$ 1,2 bilhão em 1981 para US\$ 6,5 bilhões em 1983. “A recessão gerou um ajustamento externo excessivo e os custos internos foram altos em termos de inflação e controle do déficit”, destacou Reis. (Ver tabela)

Na análise do economista do Ipea, a recessão que o governo Collor pensa fazer hoje está ai. É preciso, no entanto, para sustar a trajetória ascendente da inflação, adotar instrumentos fiscais de novo tipo, como taxação de riquezas. “Se o governo não tomar medidas drásticas para restaurar sua capacidade de financiamento sem se endividar, há o risco não desprezível de uma hiperinflação novamente em marcha, até o fim do ano, mesmo com recessão”, pressagia Eustáquio Reis.

PIB x IGP		
Ano	PIB	IGP
1980	9,2%	100,2%
1981	-4,4%	109,9%
1982	0,7%	95,4%
1983	-3,4%	154,5%
1984	5%	220,6%
1985	8,3%	225,5%
1986	7,5%	124,3%
1987	3,6%	415,8%
1988	0,0%	1.037,6%
1989	3,6%	1.782,9%